

FH beneficia estados endividados

■ Acordo prevê as mesmas condições dadas a São Paulo

OSWALDO BUARIM JÚNIOR

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso dirá hoje aos governadores que todos terão direito a refinarciar dívidas de seus estados nas mesmas condições que o governo federal está oferecendo a São Paulo para que pague os R\$ 15 bilhões que deve ao Banespa. O presidente aceitou, ontem, a proposta da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado de refinarciar ou aceitar empresas estatais em pagamento de parte das dívidas.

Cada estado terá direito, pela proposta, ao refinanciamento de acordo com sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). Como São Paulo tem 40% do PIB nacional e terá financiamento de R\$ 15 bilhões, os demais estados, com 60% do PIB, poderão refinarciar até R\$ 22,5 bilhões de todas as suas dívidas. O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) disse que o financiamento não será apenas para estados com débitos bancários, mas qualquer tipo de endividamento.

Da mesma forma que o governo paulista, que propõe entregar metade da dívida financiada em bens, os demais estados também terão que entregar estatais ou

imóveis para receber o benefício.

“Se outros estados quiserem renegociar suas dívidas com as mesmas garantias e condições que o governo negociou com São Paulo, o governo está de acordo”, confirmou o porta-voz do Palácio do Planalto, Sérgio Amaral. Ele nega que tenham sido concedidos privilégios a São Paulo.

Segundo Gilberto Miranda, o presidente exigiu que os estados ofereçam, em garantia ao refinanciamento da dívida em 30 anos, as parcelas mensais que recebem do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), acompanhou a reunião de Fernando Henrique com Miranda e não desmentiu nenhum ponto do relato do encontro feito pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. “O presidente reitera o compromisso de dar o mesmo tratamento a todos os estados assumido pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan”, disse Álvares.

O senador confirmou também que Fernando Henrique poderá enviar uma carta ao presidente do Congresso, senador José Sarney (PMDB-AP), com o compromisso de negociar as mesmas condições do empréstimo de São Paulo a todos os estados.

Gilberto Miranda afirmou ain-

da que o acordo do governo federal com o governo paulista será retroativo a 15 de dezembro do ano passado, quando o BC assinou protocolo de intenções com o governador Mário Covas. Na época, a dívida apurada era de R\$ 15 bilhões, mas a demora na assinatura do acordo elevou o débito em mais R\$ 2 bilhões.

Segundo Miranda, de dezembro até o momento a dívida também deverá ser corrigida por taxa de juros de 6% ao ano mais correção cambial, conforme está no protocolo de intenções. Isto daria um crescimento da dívida no primeiro quadrimestre da ordem de R\$ 300 milhões. A diferença, de acordo com Miranda, ficaria por conta do governo federal. “É uma forma do Banco Central participar dos custos do acordo”, confirmou Elcio Álvares.

□ O secretário estadual de Planejamento do Rio, Marco Aurélio Alencar, apóia a idéia do Banco Central (BC) de implantar no Banespa o mesmo processo de terceirização adotado pelo Banerj. “Isso evita que a nova administração fique sujeita a pressões políticas”. O secretário acha que a antiga proposta — de trocar metade da dívida de R\$ 14 bilhões por imóveis do estado e a outra parte por títulos do Tesouro nacional — dificilmente será aprovada pelo Senado.